

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O CONSENSO DE WASHINGTON E SEUS IMPACTOS EM
RELAÇÃO À ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA
ARGENTINA**

MARCELO DE CASTRO CALLADO
Bacharelando

EURIPEDYS EWBANK ROCHA
Professor Orientador

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas.

Fortaleza, março de 1997

Monografia aprovada em 31 / 03 / 97.

EURIPEDYS EWBANK ROCHA

Professor Orientador

AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

ANTÔNIO LISBOA TELES DA ROSA

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A confecção de uma monografia de graduação representa um enorme desafio para o estudante que está saindo do convívio universitário e se preparando para ingressar no mercado de trabalho.

A monografia serve para que o aluno se utilize de todos os conhecimentos e ferramentas adquiridos durante os anos de estudos, e se habilite a pesquisar e produzir um trabalho, que contenha aspectos dos diferentes conceitos e disciplinas aprendidos. Juntando-se à capacidade de análise crítica e a visão de mundo do aluno, esse trabalho deve servir como uma contribuição do aluno ao desenvolvimento do conhecimento científico.

O tema para o estudo proposto nessa monografia foi “O Consenso de Washington e as seus Impactos em relação à Estabilização da Economia Argentina”, onde se procura analisar as propostas desse consenso e a sua aplicação.

A presente monografia não seria possível sem a participação do professor Carlos Américo, responsável pela escolha do tema e da bibliografia; do professor Euripedys que em momentos extremamente difíceis do meu curso sempre contribuiu com as suas ponderações equilibradas e se mostrou um dos meus maiores incentivadores, presente inclusive na árdua tarefa de orientar a confecção desta monografia; dos professores Agamenon e Lisboa, que no decorrer do meu curso contribuíram de forma decisiva para a minha formação como economista; dos meus pais, irmãos, familiares e amigos que nunca pouparam uma palavra de incentivo e da sempre presente companheira Sandra que me acalmou e tranqüilizou nas horas mais difíceis.

SUMÁRIO

Introdução	1
A crise de 1982 e o modelo do FMI	4
1.1. Os condicionantes históricos.....	4
1.2. O modelo do FMI.....	7
1.2.1. As diretrizes do FMI.....	7
1.2.2. O diagnóstico do FMI.....	8
1.2.3. As conseqüências das políticas do FMI.....	10
1.2.4. As críticas ao modelo do FMI.....	12
O consenso de Washington	14
2.1. A nova ortodoxia e o consenso de Washington.....	14
2.2. O detalhamento das políticas do consenso de Washington.....	16
2.2.1. Disciplina fiscal.....	16
2.2.2. Reorientação dos gastos públicos.....	16
2.2.3. Reforma fiscal.....	17
2.2.4. Liberalização financeira.....	17
2.2.5. Política cambial competitiva.....	18
2.2.6. Liberalização comercial.....	18
2.2.7. Investimentos estrangeiros diretos.....	19
2.2.8. Privatização das estatais.....	20
2.2.9. Desregulamentação da economia.....	20
2.2.10. Proteção à propriedade privada.....	21

2.3. As conseqüências das políticas do consenso de Washington.....	21
2.3.1. Política fiscal.....	29
2.3.2. Política monetária.....	29
2.3.3. Política cambial.....	29
2.3.4. Política industrial.....	30
2.3.5. Privatização.....	30
2.4. Crítica às políticas do consenso de Washington.....	30
A Argentina e o plano de conversibilidade.....	33
3.1. A aplicação das políticas do consenso de Washington na Argentina.....	33
3.2. Objetivos e instrumentos do plano de conversibilidade.....	34
3.2.1. Disciplina monetária.....	34
3.2.2. Disciplina fiscal.....	35
3.2.3. Aumento da competitividade.....	36
3.2.4. Reforma do Estado.....	37
3.2.5. Abertura econômica.....	37
3.2.6. Desenvolvimento do mercado de capitais.....	37
3.3. As conseqüências da implantação do plano de conversibilidade.....	38
3.4. As críticas ao plano de conversibilidade.....	48
Conclusão.....	51
Bibliografia.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Taxas de juros internacionais 1977-1987.....	6
Quadro 2. América Latina e Caribe: principais indicadores econômicos 1980-1988.....	11
Quadro 3. América Latina: principais indicadores econômicos externos 1980-1988.....	12
Quadro 4. América Latina: principais indicadores econômicos durante o período do plano Brady 1989-1992.....	22
Quadro 5. América Latina: taxas de crescimento do PIB 1989-1992.....	23
Quadro 6. América Latina: principais indicadores econômicos durante o período do plano Brady 1989-1992.....	24
Quadro 7. América Latina: taxas de inflação 1989-1992.....	26
Quadro 8. América Latina: principais indicadores econômicos Externos durante o período do plano Brady 1989-1992.....	28
Quadro 9. Argentina: taxas de inflação 1983-1993.....	39
Quadro 10. Argentina: crescimento do PIB 1983-1993.....	40

Quadro 11. Argentina: finanças públicas e déficit fiscal 1983-1993.....	41
Quadro 12. Argentina: comércio exterior 1983-1993.....	42
Quadro 13. Argentina: reservas e dívida externa 1983-1993.....	43
Quadro 14. Argentina: investimento interno bruto e entrada de capitais 1983-1993.....	44
Quadro 15. Argentina: poder aquisitivo do salário 1983-1993.....	46
Quadro 16. Argentina: taxas de desemprego 1983-1993.....	47

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na economia da América Latina nos últimos anos sugerem que as mudanças que surgiram tendem a ser definitivas ou pelo menos que o velho paradigma de substituição de importações dificilmente voltará.

A adoção de políticas de estabilização, desregulamentação, liberalização e reforma do Estado, sob os auspícios do consenso de Washington, trazem um novo ambiente às economias nacionais da região. Países que chegaram a conviver com inflações anuais de até 5.000%, como a Argentina, (URANI, 1996, p.19) apresentam índices de inflação em 1996 próximas de zero.

O ambiente econômico interno também mudou de forma significativa, pois a abertura econômica propiciou a entrada de bens de consumo que anteriormente ou eram proibidos de importar ou as altas alíquotas de importação tornavam esses bens de consumo proibitivos para a classe média.

Com o rebaixamento das alíquotas de importação, os produtos nacionais tiveram que competir com os produtos importados não só no quesito qualidade, como também no preço. Com uma maior oferta de produtos, os hábitos de consumo puderam se modificar, de acordo com o conhecimento de novos produtos antes inacessíveis.

A desregulamentação da economia favoreceu a abertura de várias empresas à concorrência tanto de empresas privadas nacionais quanto internacionais. A reforma do Estado tornou possível a privatização de várias empresas estatais e um enxugamento do setor público. O Estado passaria a tentar desempenhar com mais intensidade o papel de regulador da economia e

construtor de uma infra-estrutura propícia a um desenvolvimento econômico satisfatório e deixar para a iniciativa privada a produção de bens de consumo.

Caberia ao estado tão somente o monopólio do exercício das políticas fiscal, monetária, cambial e outras que procurassem preservar o ideário de livre concorrência e competitividade internacional, vetando assim toda forma de burlar esses princípios como a execução de uma política industrial.

Esse trabalho procurará mostrar qual foi o ambiente em que se evidenciou a necessidade de mudança do paradigma de substituição de importações, como se deu essa mudança e como ocorreu a aplicação do que parece ser o novo paradigma de desenvolvimento econômico para a América Latina: o Consenso de Washington.

O presente trabalho se divide nesta introdução, três capítulos, uma conclusão e uma lista de fontes bibliográficas.

O primeiro capítulo procura fazer uma análise da crise de 1982 que veio evidenciar o fim do modelo de substituição de importações. Esse capítulo também mostrará o receituário proposto pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) para a superação da crise de 1982 e as conseqüências da aplicação dessas medidas, assim como as críticas à aplicação dessas medidas no contexto latino-americano.

O segundo capítulo consiste na análise do consenso de Washington. Um consenso que foi desenvolvido fora da América Latina e que receita medidas do FMI, do Banco Mundial e de outros organismos internacionais sediados na capital americana. Esse capítulo detalhará as políticas do consenso e analisará as conseqüências da aplicação dessas políticas e, posteriormente, tecerá críticas às políticas recomendadas.

O último capítulo fará um pequeno estudo das medidas tomadas pelo governo argentino, com o objetivo de estabilizar a economia daquele país. Essa análise fará uma descrição das medidas de estabilização adotadas e mostrará a concordância dessas medidas com as sugeridas pelo consenso de Washington. Após essa análise será feita uma crítica do plano de estabilização argentino.

Haverá uma conclusão que procurará pôr em questão o consenso de Washington, as suas propostas, a sua aplicação e as perspectivas da América Latina com a sua adoção.

Há no final desse trabalho a lista de fontes bibliográficas usadas para a confecção desta monografia.

A CRISE DE 1982 E O MODELO DO FMI

1.1. Os condicionantes históricos.

A partir dos anos 30 no Brasil e no pós-guerra na maioria dos países latino-americanos, passou a se evidenciar um modelo de desenvolvimento para a América Latina baseado na substituição de importações em lugar do modelo primário exportador.

Esse modelo que mais tarde a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina - Órgão da ONU) iria sistematizar, era baseado na crença de que um país periférico (que tem uma relação de subordinação em relação aos países desenvolvidos ou centrais) só poderia se desenvolver plenamente, caso passasse a ser um país industrializado e produzisse internamente todos os bens necessários ao seu consumo (MANTEGA, 1991, p.39).

Esse modelo foi adotado por boa parte dos países latino-americanos até meados da década de 70, quando os dois choques do petróleo vão alterar os condicionantes externos e internos das economias latino-americanas.

No final de 1973 a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) quadruplicou o preço do barril de petróleo (CARNEIRO et alii, 1992, p.296). As conseqüências desse ato sobre a balança de pagamentos dos países importadores de petróleo foram desastrosas. Nem todos os países latino-americanos sentiram este impacto de forma igual, já que países como a Venezuela e o México encontram-se entre os maiores exportadores de petróleo do mundo.

Países como o Brasil, no entanto, necessitavam cada vez mais de petróleo para sustentar uma indústria que só em 1973 tinha crescido 16,6 %

(CARNEIRO et alii, 1992, p.408). A quadruplicação do preço do petróleo representava uma enorme fuga de divisas, pois para importar a mesma quantidade de petróleo o país teria que exportar quatro vezes mais.

Enquanto que os países desenvolvidos como o Japão (No dia em que foi anunciada a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP, o primeiro-ministro japonês foi à TV anunciar que o país só tinha reservas de petróleo para mais alguns dias.) procuravam reformular toda a sua economia para economizar mais petróleo, as modificações feitas em países como o Brasil não foram tão drásticas.

Isso ocorreu porque como a maioria dos países exportadores de petróleo não tinha onde aplicar a enorme quantidade de divisas que entrava no país, esse dinheiro foi depositado na Europa. Países como o Brasil passaram a tomar empréstimos no mercado de eurodólar e com isso continuar na cômoda posição de não alterar significativamente os rumos de sua economia.

O que os formuladores da política econômica no país não previram foi que, em se mantendo inalterado o modelo de desenvolvimento baseado no ciclo da dívida (Empréstimo - investimento - investimento produtivo - remuneração do investimento - amortização da dívida), qualquer interrupção no volume, frequência ou custo dos empréstimos levaria o país a uma condição de insolvência (CARNEIRO et alii, 1992, p.296).

O segundo choque do petróleo em 1979 veio explicitar essa condição. O novo aumento do preço do petróleo pela OPEP teve um impacto diferente da primeira vez, pois os países desenvolvidos aumentaram significativamente a taxa de juros (ver quadro 1). Como a dívida da maioria do países latino-americanos era baseada em taxas flutuantes, isso levou esses países a uma posição clara de incapacidade de pagamento da dívida externa.

A posição de insolvência da maioria dos países latino-americanos foi explicitada por uma deterioração da balança de pagamentos - que começa a se tornar negativa (SALAMA, 1995, p.261) - e por um aumento significativo da inflação interna dessas economias, além do crescimento exorbitante da dívida externa.

QUADRO 1

Taxas de juros internacionais 1977-1987 (médias anuais)

ANOS	EUA (PRIME - RATE)	REINO - UNIDO (LIBOR)
1977	7,7	7,6
1978	11,8	12,3
1979	15,0	14,6
1980	21,5	17,5
1981	15,7	14,9
1982	14,5	13,4
1983	10,5	9,8
1984	10,7	9,2
1985	9,5	8,0
1986	7,5	6,8
1987	8,7	7,5

Fonte: Bacen e Conjuntura Econômica.

Extraído: OLIVEIRA, Alfredo José Pessoa de. O Impacto da Transferência Financeira para o Exterior no Desequilíbrio Fiscal Brasileiro: Uma Análise das Políticas Fiscais na Década de Oitenta. Dissertação de Mestrado. CAEN. UFC. 1993. p.50.

Dessa vez, ao contrário da vez anterior, os países latino-americanos não podiam mais recorrer a novos empréstimos. Assim a situação afetou tanto

países como o Brasil (importador de petróleo) como o México (exportador de petróleo) indiscriminadamente.

Como o modelo de substituição de importações passou a prescindir de sua fonte de financiamento (captação de poupança externa) em função da alta nas taxas de juros e conseqüente incapacidade de pagamento pelos países devedores, algumas alternativas ao modelo de substituição de importações foram apresentadas para a superação da crise. As alternativas que foram postas em prática para a resolução desse problema foram as propostas de ajustamento do FMI e do Consenso de Washington.

Os modelos do FMI e do consenso de Washington serão apresentados a seguir.

1.2. O modelo do FMI.

1.2.1. As diretrizes do FMI.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) é um órgão internacional que foi criado com a incumbência de monitorar os acordos monetários internacionais. Esse órgão também tem a responsabilidade de fornecer empréstimos para países que estejam apresentando dificuldades para cobrir os seus déficits na balança de pagamentos.

FMI tem como princípios básicos a adoção da economia de mercado, o livre comércio, a não interferência estatal na economia, e é baseado na teoria das vantagens comparativas e da divisão internacional do Trabalho de RICARDO (Cada economia se especializará naquele ramo em que tiver maiores vantagens em comparação com as outras economias e trocará essas

mercadorias no mercado internacional). Dessa forma o FMI acha que cada economia nacional explorará ao máximo a sua capacidade de produção e obterá no mercado internacional condições de acesso às mercadorias que não produz, aceitando assim a lei de SAY (segundo a qual não há crise de realização, ou seja, tudo aquilo que é produzido será obrigatoriamente vendido.) (AMARAL FILHO, 1990, p.11).

1.2.2. O diagnóstico do FMI.

O FMI passa a atribuir às políticas governamentais a responsabilidade quase que total pelos desequilíbrios externos e internos das economias nacionais, em função da adoção de políticas econômicas protecionistas e que não se regem pelas leis de mercado (BARROSO, 1995, p.8).

A proposta de ajuste do FMI para o fim da crise de 1982 é de um ajuste externo baseado no superávit da balança comercial e uma reestruturação interna baseada na diminuição do tamanho do Estado e do consumo interno que podem ser classificados como:

- Depreciação constante e agressiva da taxa de câmbio;
- Geração de superávites comerciais;
- Monitoramento das economias endividadas pelo FMI;
- Redução do nível de demanda interna;
- Redução do nível de massa salarial;
- Equilíbrio fiscal, através dos cortes dos gastos públicos;
- Altas taxas de juros nos mercados nacionais.

O diagnóstico do FMI para a crise de 1982 foi de que o ambiente econômico desenvolvido pelo modelo de substituição de importações gerou uma série de distorções, que propiciaram um funcionamento das economias latino-americanas incompatível com o seu estágio de desenvolvimento.

A política de depreciação constante e agressiva do câmbio e a política de geração de superávits comerciais foram sugeridas porque havia a necessidade de provocar o aumento significativo das exportações, assim como um decréscimo efetivo das importações. Esses superávits seriam usados para se contrapor às balanças de serviços e de capital que apresentavam um enorme déficit em função do pagamento da dívida externa e de seu serviço, além da grande fuga de capitais da América Latina.

As políticas de redução da demanda interna e da massa salarial foram sugeridas em função do diagnóstico de que as economias estavam artificialmente aquecidas e o alto índice de inflação dessas economias indicavam que havia uma demanda por produtos acima das possibilidades de produção, e portanto, era necessário diminuir o nível de demanda dessas economias. Isso só seria possível, na ótica do FMI, através da redução da massa salarial e de medidas de retenção do consumo (elevação da taxa de juros, redução do crédito, etc.).

As políticas fiscal e monetária sugeridas pelo FMI são as de cortes dos gastos públicos e aumento da taxa de juros interna. O ajuste fiscal proposto pelo FMI visa a busca do superávit fiscal e a retirada do setor público da economia. Isso se dá pelo fato de que para o FMI, o tamanho do setor público e a sua atuação nos países latino-americanos foi o principal causador de distorções dessas economias e que o déficit fiscal é a causa primária da inflação. O aumento das taxas de juros no mercado interno das economias

latino-americanas seria importante, na visão do FMI, porque propiciaria não só atração dos capitais externos e conseqüente melhora na balança de capitais como, internamente, serviria para a contenção do aquecimento da economia.

1.2.3. As conseqüências das políticas do FMI.

O quadro econômico após a adoção das políticas do FMI por parte de quase todos os países latino-americanos levou a uma situação conjunta de recessão, ou na melhor das hipóteses, crescimento aquém do necessário (ver quadro 2).

No campo inflacionário, a política de estabilização da economia foi mais desastrosa ainda. Ocorreu uma forte aceleração da inflação, que só seria atacada na metade da década de 80 através de planos heterodoxos, contrários à ótica do FMI.

Isso ocorreu porque as políticas de desaquecimento da economia: aumento da taxa de câmbio, redução dos níveis de massa salarial e da demanda interna, não se fizeram acompanhar pela efetivação de uma política de superávit fiscal como pressupunha o modelo do FMI.

No setor externo, a aplicação dessas políticas levou a um fantástico superávit na balança comercial. Esse superávit ocorreu, no entanto, muito mais em função de uma queda vertiginosa das importações que um acréscimo das exportações, que se manteve relativamente estável.

Quadro 2

Principais Indicadores Econômicos da América Latina e Caribe 1980-88 (taxas de variação anuais)

Anos	PIB	PIB per Capta	Taxas de Inflação	Exportação de Bens	Dívida Externa
1980	5,4	2,9	56,5	29,8	18,8
1981	0,7	-1,6	57,6	4,2	24,9
1982	-1,2	-3,4	84,8	-8,8	15,0
1983	-2,6	-4,8	131,1	0,0	6,7
1984	3,7	1,4	185,2	11,7	3,7
1985	2,8	0,6	280,1	-5,8	5,1
1986	3,7	1,6	64,1	-15,8	4,1
1987	3,3	1,2	208,9	14,4	6,8
1988	0,8	-1,2	773,5	13,9	-1,7

Fonte: CEPAL

Extraído: PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. CEMA\FUNDAP. 1993. p.108.

Esse superávit serviu porém como contrapartida da fuga de capitais vertiginosa que se seguiu à alta de juros da crise de 1982. Fica claro então que as políticas governamentais de busca do superávit comercial foram usadas unicamente para equilibrar a balança de pagamentos (ver quadro 3). Não foram avaliadas as conseqüências que a obtenção de um superávit comercial baseado em desvalorizações contínuas da taxa de câmbio poderia ter sobre a dívida externa, a inflação, o nível tecnológico das empresas nacionais, etc.

Quadro 3
Principais Indicadores Econômicos Externos da América Latina e
Caribe 1980-88
(em US\$ Bilhões)

Anos	Exportação de Bens	Importação de Bens	Balança Comercial	Pagamento Líquido de Juros e Lucros	Entrada Líquida de Capitais	Transferência Líquida de Recursos Financeiros	Dívida Externa Bruta
1980	92,0	93,3	-1,3	18,2	29,7	11,5	230,4
1981	95,9	97,8	-1,9	27,2	37,6	10,4	287,8
1982	87,5	78,4	9,1	38,8	20,4	-18,4	331,0
1983	87,5	56,0	31,5	34,4	3,0	-31,4	353,3
1984	97,7	58,3	39,4	36,3	9,3	-27,0	366,5
1985	92,0	58,2	33,8	35,3	3,0	-32,2	385,1
1986	77,5	59,7	17,8	32,6	9,9	-22,6	401,0
1987	88,7	67,2	21,5	31,5	15,4	-16,1	428,1
1988	101,0	76,6	24,4	34,2	5,5	-28,7	420,9

Fonte: CEPAL

Extraído: PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. CEMA\FUNDAP. 1993. p.108.

1.2.4. As críticas ao modelo do FMI.

O modelo do FMI foi proposto aos países latino-americanos como forma de se superar uma crise que não foi provocada exclusivamente por esses países. No entanto a superação dessa crise exigia, pelo ponto de vista de vários analistas, um enorme esforço deles sem que os países industrializados, que também são responsáveis por essa crise, tivessem que cooperar.

A possibilidade de uma alta de juros que inviabilizasse o pagamento dos empréstimos a juros flutuantes feito pelos países latino-americanos aos bancos comerciais não foi suficientemente estudada apesar de bastante

plausível no final dos anos 70. O modelo do FMI, no entanto, não visualiza, segundo os seus críticos, que o modelo de desenvolvimento latino-americano beneficiava também os países industrializados através de seus bancos comerciais. Nada mais natural, portanto, que no momento em que o modelo deixa de ser viável, ambas as partes sejam responsabilizadas pelos prejuízos e não somente os países latino-americanos através da exigência do pagamento da dívida *in totum* (PORTELLA FILHO, 1993, p.102).

Outra crítica feita ao modelo do FMI é a de que a política de busca de superávit comercial a qualquer custo, levou a um sucateamento das indústrias nacionais devido a queda vertiginosa das importações (as empresas nacionais não conseguiam se modernizar porque não podiam importar bens de capital ou equipamentos).

No plano interno a crítica mais contundente que se faz é que as medidas de contenção de demanda e de redução da massa salarial, não só não surtiram efeito como, em face do crescimento vertiginoso da inflação, ajudaram a acentuar ainda mais o abismo social existente nos países latino-americanos.

As políticas de desvalorização da taxa de câmbio aliada a política de taxas de juros altas provocavam não só uma migração do capital produtivo (agricultura e indústria) para o capital especulativo (sistema financeiro) deixando assim o mercado interno estagnado (em função dos incentivos aos exportadores) e sob o domínio de oligopólios (principal causa da inflação segundo os estruturalistas).

Dentre as 7 metas visadas pelo modelo do FMI, há dúvidas se houve interesse de busca do superávit fiscal por parte dos governos dos países latino-americanos, já que todas as outras metas foram perseguidas com mais ou menos intensidade pelos países da América Latina.

O CONSENSO DE WASHINGTON

2.1. A nova ortodoxia e o consenso de Washington

A partir do final dos anos 80 quando começa a ficar claro que a América Latina superou aquilo que era a maior preocupação para os países industrializados: uma crise na balança de pagamentos que poderia incentivar a inadimplência desses países com relação às suas dívidas externas, surge uma nova ortodoxia pregando uma mudança do paradigma de substituição de importações na América Latina.

A nova ortodoxia se baseia nas defesas das teses neoclássicas de especialização e vantagens comparativas, e conseqüentemente apoia as idéias de livre alocação de recursos (MOREIRA, 1995, p.4). A nova ortodoxia defende o ponto de vista de que a industrialização latino-americana foi um processo forçado, e que essa industrialização forçada seria a responsável por todas as assimetrias e ineficiências das economias latino-americanas.

A nova ortodoxia lança a idéia de um padrão normal de industrialização. As economias nacionais deveriam funcionar de acordo com a eficiência alocativa de seus recursos. Portanto se uma determinada economia tivesse abundância de capital, deveria se especializar na produção de bens de capital-intensivo enquanto que as economias com abundância de mão-de-obra especializar-se-iam na produção de bens de trabalho-intensivo (MOREIRA, 1995, p.5).

A sistematização dessas idéias se condensou num modelo que viria a ser o paradigma de desenvolvimento para a América Latina no final dos anos 80. O consenso de Washington vem a ser a organização de todas essas teses (por

um economista americano - John Williamson), sob a concordância e aprovação dos mais importantes organismos estatais e privados que se baseiam na capital americana.

De todo o ideário do consenso de Washington foram tirados 10 pontos principais que deveriam nortear as políticas econômicas dos países latino-americanos (FREDIANI, 1993, p.144):

- Disciplina Fiscal;
- Reorientação dos gastos públicos;
- Reforma Fiscal;
- Liberalização Financeira;
- Política Cambial Competitiva;
- Liberalização Comercial;
- Investimento Estrangeiro Direto;
- Privatização das estatais;
- Desregulamentação da economia;
- Proteção à propriedade privada.

2.2. O detalhamento das políticas do consenso de Washington.

O consenso de Washington receita todas essas medidas como parte de um modelo que busque as Liberalizações comercial e financeira, a estabilização da economia, o desenvolvimento econômico e que seja voltado para o mercado. O detalhamento dessas políticas vai explicitar as preocupações principais do consenso de Washington.

2.2.1. Disciplina fiscal.

Como seguidores da escola neoclássica, a obtenção do superávit fiscal para o consenso de Washington é um ponto fundamental para uma política de estabilização consistente. O déficit do setor público, segundo o consenso, deve ser suficientemente pequeno de forma que possa ser financiado sem que se recorra ao imposto inflacionário (emissão de moeda). Os déficits primário e operacional não podem portanto ser superiores a 2% do PIB. Embora seja, provavelmente, o ponto da agenda do consenso de Washington mais difícil de ser cumprido pelos países latino-americanos (em virtude das fortes demandas sociais nos países da América Latina), essa política de obtenção do superávit fiscal é importante porque pelo diagnóstico do consenso, a causa da inflação nesses países provém do déficit do governo, apesar da extinção do déficit público não ser o único instrumento da política de estabilização.

2.2.2. Reorientação dos gastos públicos.

A visão que o consenso de Washington tem das funções do governo é a de que o governo não deve interferir na dinâmica econômica, e que as empresas respondam por todos os custos que a produção de determinado produto acarretar, restando ao Estado a função apenas de elaborador do capital humano (investimentos em educação saúde e infra-estrutura).

Sem o fim dos subsídios não haverá igualdade de competição entre as empresas que recebem os subsídios e entre aquelas que não a recebem.

2.2.3. Reforma fiscal.

A reforma tributária para o consenso de Washington deve visar uma maior equalização da sociedade que ocorreria com a incidência dos impostos sobre o maior número possível de contribuintes.

O consenso no entanto não parece concordar com a tese de que o imposto progressivo leva a uma equalização maior da sociedade, já que adota a norma das taxas marginais baixas, portanto um imposto com baixo grau de progressividade.

2.2.4. Liberalização financeira.

As taxas de juros devem ser fixadas pelo mercado e positivas. Durante a vigência do modelo de substituição de importações, alguns governos latino-americanos fixavam as taxas de juros num patamar tão baixo que em muitas ocasiões as taxas de juros reais eram negativas. Isso ocorria porque além dessas taxas de juros terem sido determinadas pelo governo, havia um claro componente de política industrial implícito na determinação dessas taxas de juros, posição que era fortemente combatida pelo consenso.

A posição do consenso de Washington se justifica pois, a adoção da política de taxa de juros positiva e determinada pelo mercado seria uma forma de combater a inflação assim como um modo eficiente de incentivar a imigração de capital externo (fica implícito que a taxa de juros interna deve ser maior que a externa) e evitar a fuga de capitais.

2.2.5. Política cambial competitiva.

A taxa de câmbio deve ser competitiva e determinada pelo mercado. O posicionamento do consenso de Washington a respeito da política de taxa de câmbio deixa bem claro que o consenso acha necessário que sejam feitas desvalorizações na taxa de câmbio. Essas desvalorizações, no entanto, devem ocorrer de forma a que a competitividade internacional seja mantida e não como na época do modelo do FMI, aplicado durante a crise de 1982, de maxi-desvalorizações cambiais como forma de incentivar os exportadores a exportar cada vez mais e inibir as importações.

A importância que o consenso de Washington dá ao fato de que essa taxa seja definida pelo mercado é de que não haja interferência do governo, de forma a preservar uma única taxa tanto para importações quanto para exportações, assim como que essa taxa seja a mais realista possível (nem subvalorizada, nem sobrevalorizada).

2.2.6. Liberalização Comercial.

Deve ocorrer uma liberalização do comércio e uma orientação da economia para o exterior.

Baseado nas teses da nova ortodoxia, o consenso de Washington considera uma aberração o modelo de industrialização (o modelo de substituição de importações) que quase todos os países latino-americanos seguiram até o começo dos anos 80 (PORTELLA FILHO, 1993, p.104). Os principais pontos do modelo fortemente influenciado pela CEPAL (MANTEGA, 1991, p.77) e que eram criticados pelo consenso eram a

industrialização a qualquer custo e a formação de um mercado interno consistente baseado no consumo de produtos nacionais.

A liberalização do comércio e a orientação para o exterior servem, então para defender as teses neoclássicas de especialização, utilização das vantagens comparativas, divisão internacional do trabalho e a tese de perfeita alocação de recursos.

A tese de padrão normal de industrialização defendida pela nova ortodoxia, prega que os países devem se industrializar se a estrutura industrial existente evoluir linear e progressivamente (MOREIRA, 1995, p.6) de forma que a incorporação de cada setor industrial pela economia, seja feita com melhor alocação de recursos possível e como forma de resposta a uma real necessidade de evolução da economia.

2.2.7. Investimentos Estrangeiros diretos.

Os investimentos estrangeiros diretos não podem ser discriminados.

Apesar de se utilizarem significativamente de investimento estrangeiro direto durante a vigência do modelo de substituição de importações, vários países latino-americanos impuseram vetos ou formularam regulamentações contra o investimento estrangeiro direto em diversos setores da economia (mineral e petrolífero, telecomunicações, siderúrgico, informática, etc.). Essas limitações serviram em alguns casos para criar empresas nacionais fortes e em outros não surtiu efeitos positivos e apenas sucateou e atrasou tecnologicamente determinados setores protegidos da competição de empresas multinacionais.

O consenso de Washington considera que o impedimento do investimento direto estrangeiro causa danos substanciais a essas economias porque toda forma de proteccionismo gera uma má alocação de recursos.

2.2.8. Privatização das estatais.

A análise que o consenso de Washington faz da intervenção do Estado na economia, é de que todos os erros e distorções causados às economias latino-americanas durante o modelo de substituição de importações foram decorrentes da intervenção do Estado na economia (PORTELA FILHO, 1993, p.103).

Partindo desse diagnóstico, a privatização das empresas estatais serve não só para de excluir o setor público da economia, como também pode servir a outras metas de política econômica, como a obtenção do superávit fiscal através da venda das estatais. Isso pode ocorrer tanto porque as estatais eram a causa do déficit como, se não eram a causa, o dinheiro obtido com a venda poderia ajudar a sanar esse déficit (há controvérsias dentro do próprio consenso a respeito desse segundo ponto).

2.2.9. Desregulamentação da economia.

Esse ponto é um dos mais importantes para o consenso de Washington porque o consenso considera que (de acordo com as velhas teses clássicas da teoria do consumidor) a regulamentação da economia serve apenas para restringir o número de empresas capazes de elaborar determinado produto.

Numa economia sem regulamentação o próprio consumidor se encarregaria de, através das suas próprias escolhas, eliminar do mercado os produtores menos competentes.

2.2.10. Proteção à propriedade privada

A proteção a propriedade privada tem não só uma razão teórica bastante fundamentada de acordo com as tese clássicas, mas que também pode ser enxergada por críticos mais atentos como uma afirmação ideológica mais contundente de apoio a economia de mercado, e uma clara contestação aos encampamentos de várias empresas estrangeiras na América Latina no passado.

2.3. As conseqüências das políticas do consenso de Washington.

Com o início do governo Bush nos EUA, ao mesmo tempo em que a guerra armamentista cessa o fôlego e as taxas de juros na Grã-Bretanha começam a baixar (PORTELLA FILHO, 1993, p.102), é lançado o plano Brady. Esse plano de renegociação da dívida externa é a primeira sinalização de cooperação que o governo americano dá no sentido de reconhecer a impossibilidade do pagamento da dívida *in totum*.

O cenário econômico latino-americano no final da década de 80 e início da década de 90 mostra que o grande esforço feito por esses países depois de deflagrada a crise da dívida, apesar de mostrar resultados positivos no que se refere à balança comercial, expõe uma década de estagnação econômica, alta inflacionária, e empobrecimento decorrente da enorme fuga de capitais.

Quadro 4
Principais Indicadores Econômicos Durante o Período do Plano Brady
(1989-1992) na América Latina e Caribe
(índice base 1980 = 100)

Anos	PIB	PIB per Capta	Exportação de bens	Dívida Externa
1989	111,7	92,3	120,8	184,6
1990	112,0	90,8	132,4	191,4
1991	116,0	92,2	131,8	192,1
1992	118,8	92,7	137,1	195,7

Fonte: CEPAL

Extraído: PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. CEMA\FUNDAP. 1993. p.113.

Mesmo no começo da década de 90, quando a renegociação da dívida externa e a melhora na balança comercial propiciaram uma melhoria de expectativas no que diz respeito à balança de pagamentos - revertendo inclusive a fuga de capitais da América Latina iniciada em 1982 - os indicadores econômicos mostram que a retomada do crescimento ocorreu de forma tão tímida e reticente que a renda per capita ainda se mantinha em níveis inferiores aos níveis de 1980, anteriormente à explosão da crise da dívida (ver quadro 4). Além disso as exportações cresceram apenas 37,1% em relação à 1980 enquanto que a dívida externa quase duplicou no mesmo período (95,7%).

Quadro 5

Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto de 20 Países da América Latina e Caribe Durante o Período do Plano Brady (1989-1992)

(Taxas de Variação Anuais)

	1989	1990	1991	1992	Média 1989-92	Média 1965-80
América Latina e Caribe	0,9	0,3	3,5	2,4	1,8	6,0
Argentina	-6,3	0,2	7,3	6,0	1,8	3,4
Bolívia	2,8	2,6	4,1	3,5	3,3	4,4
Brasil	3,3	-4,4	0,9	-1,5	-0,4	9,0
Chile	9,8	2,0	5,8	9,5	6,8	1,9
Colômbia	3,5	3,7	2,2	3,0	3,1	5,7
Costa Rica	5,4	3,5	1,2	4,0	3,5	6,3
El Salvador	1,1	3,4	3,3	4,5	3,1	4,3
Equador	0,2	1,4	4,2	3,5	2,3	8,8
Guatemala	3,7	2,9	3,2	4,0	3,5	5,9
Honduras	4,7	-0,5	2,2	4,5	2,7	5,0
Jamaica	6,3	3,8	1,9	1,5	3,4	1,4
México	3,3	4,4	3,6	2,5	3,5	6,5
Nicarágua	-1,9	-0,7	-0,5	0,5	-0,7	2,5
Panamá	-2,2	3,1	7,0	5,4	3,3	5,4
Paraguai	5,9	3,1	2,3	1,5	3,2	7,0
Peru	-11,5	-5,1	1,9	-2,5	-4,3	3,9
República Dominicana	1,8	-7,5	-3,1	5,5	-0,8	8,0
Trinidad e Tobago	-0,5	2,2	1,8	0,0	0,9	4,8
Uruguai	1,5	0,7	1,6	7,0	2,7	2,4
Venezuela	-7,8	6,8	10,8	7,5	4,2	3,7

Fontes: CEPAL e BIRD

Extraído: PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. CEMAFUNDAP. 1993. p.114.

* Os dados de 1992 são estimativas.

O crescimento do PIB no final da década da 80 ainda espelha as dificuldades atravessadas pelos países com a crise da dívida. No começo da década de 90 porém alguns países da região (Argentina, Chile, México e Venezuela) dão mostras que as reformas pelas quais passaram começam a surtir efeito sobre a taxa de crescimento econômico (ver quadro 5).

Quadro 6

Principais Indicadores Econômicos Durante o Período do Plano Brady (1989-1992) na América Latina e Caribe (Taxas de Variação Anuais)

Anos	PIB	PIB per Capta	Taxas de Inflação	Exportação de Bens	Dívida Externa
1989	0,9	1,1	1205,0	10,0	1,1
1990	0,3	-1,6	1185,0	9,6	3,6
1991	3,5	1,6	198,7	-0,4	0,4
1992	2,4	0,5	410,7	4,0	1,9

Fonte: CEPAL

Extraído: PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. CEMAFUNDAP. 1993. p.113.

A taxa de inflação agregada para a região nessa época sugere que as políticas de estabilização apregoadas pelo consenso de Washington não surtiram efeito (ver quadro 6). Esse raciocínio pode ser tendencioso já que as economias de maior peso na região como Argentina e Brasil só foram adotar políticas anti-inflacionárias consistentes, de acordo com o consenso de Washington, a partir de 1991 (plano de Conversibilidade) e 1994 (plano Real) respectivamente. Isso acaba aumentando a média inflacionária da região (ver quadro 7). Enquanto que economias como Bolívia e Chile, que já tinham

adotado políticas de estabilização nos moldes apregoados pelo consenso de Washington, mostram uma queda da inflação significativa e que se situa abaixo da inflação do período 1965-80.

O México, no entanto, já tinha começado a adotar políticas com as recomendações do consenso e no entanto a inflação média no período 1989-92 se situa acima do período 1965-80, ou seja, no auge do modelo de substituição de importações.

Embora não se possa ter um idéia conclusiva pela visualização do quadro 7 (porque as economias da Argentina e Brasil somadas correspondem a pouco menos que a metade do PIB regional) em função da adoção tardia de planos de estabilização por alguns países, a visualização desagregada dos dados nos mostra que a inflação do período pós crise de 1982 na maioria dos países foi maior que a do período 1965-80 explicitando assim as fortes conseqüências deixadas pela crise de 1982.

Quadro 7

Taxas de inflação de 20 Países Durante o período do Plano Brady (1989-1992)

(Taxas de Variação Anuais)

	1989	1990	1991	1992	Média 1989-92	Média 1965-80
América Latina e Caribe	1205,0	1185,0	198,7	410,7	749,9	31,4
Argentina	4923,6	1343,9	84,0	18,0	1592,4	78,4
Bolívia	16,6	18,0	14,5	11,4	15,1	15,9
Brasil	1861,6	1584,6	475,8	1131,5	1263,4	31,3
Chile	21,5	27,3	18,7	14,0	20,4	129,9
Colômbia	26,1	32,4	26,8	25,7	27,8	17,5
Costa Rica	10,0	27,3	25,3	18,1	20,2	11,2
El Salvador	23,5	19,3	9,8	16,8	17,4	7,0
Equador	54,2	49,5	49,0	66,0	54,7	10,9
Guatemala	20,2	59,6	10,2	11,6	25,4	7,1
Honduras	11,5	36,4	21,4	5,4	18,7	5,7
Jamaica	17,2	29,7	76,8	13,7	34,4	12,8
México	19,7	29,9	18,8	12,9	20,3	13,0
Nicarágua	1689,1	13490,2	775,4	2,2	3989,2	8,9
Panamá	-0,2	1,2	1,1	1,2	0,8	5,4
Paraguai	28,5	44,1	11,8	17,0	25,4	9,3
Peru	2775,3	7649,6	139,2	56,6	2655,2	20,6
República Dominicana	41,2	100,7	4,0	5,9	38,0	6,7
Trinidad e Tobago	9,3	9,5	2,3	7,7	7,2	13,7
Uruguai	89,2	129,0	81,5	58,6	89,6	58,2
Venezuela	81,0	36,5	31,0	33,4	45,5	10,4

Fontes: CEPAL e BIRD

Extraído: PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina:

Crítica ao modelo de Washington. CEMA\FUNDAP.1993. p.116.

* Os dados de 1992 são estimativas.

Já a Argentina começou a aplicar políticas de liberalização comercial em 1989 e seu plano de estabilização (que permanece até hoje) só foi aplicado em 1991. O mesmo ocorreu com o Brasil que implementou a abertura comercial em 1990 mas o plano de estabilização ocorreu somente em 1994.

As 10 orientações do consenso de Washington, apesar de exercerem grande influência na América Latina, não foram seguidas à risca.

2.3.1. Política fiscal:

Não se pode dizer que os governos latino-americanos exercem uma rígida disciplina fiscal, apesar de haver séria preocupação com o tema atualmente. Embora os governos demonstrem interesse em se retirar da economia, a sua influência continua sendo bastante significativa devido ao incipiente setor privado nacional na maioria dos países da região.

2.3.2. Política monetária:

O exercício de uma política de juros altos serve não só ao combate à inflação como também alia-se à política de liberalização financeira (incentivando o investimento estrangeiro).

2.3.3. Política cambial:

Aliada à política monetária, a política cambial em boa parte dos países da região passou a ser administrada em contraposição às recomendações do consenso, ou seja, valorização cambial. Essa valorização do câmbio, em

conjunto com a abertura comercial, propiciou uma explosão das importações e um conseqüente déficit na balança comercial.

2.3.4. Política industrial:

Em desacordo com as recomendações do consenso, a política industrial continuou a ser praticada de acordo com os interesses de cada país de privilegiar determinado setor da economia.

2.3.5. Privatização:

Embora o número de privatizações na América Latina tenha crescido de forma espantosa, vários países ainda mantêm estruturas privatizadas em nome da segurança estratégica nacional (Ex: o setor de minério de cobre no Chile).

2.4. Críticas às políticas do consenso de Washington.

A falta de caráter histórico, social e institucional estão entre os principais defeitos que os críticos do consenso de Washington vêem em suas políticas.

Embora muitos reconheçam que o modelo de substituição de importações produziu um ambiente econômico cartorizado, sem competição e uma indústria defasada tecnologicamente, através de uma economia fechada para o resto do mundo (FREDIANI, 1993, p.15), e que portanto se fazia necessário uma mudança de paradigma, o consenso de Washington apresenta muitos defeitos para esses críticos para representar um novo paradigma.

Como a crise de 1982 foi provocada por excesso de dependência financeira, na visão dos críticos, as políticas do consenso de Washington vão apenas ratificar essa dependência (SALAMA, 1995, p.258). O fato do consenso ter sido desenvolvido fora da América Latina já evidencia essa dependência.

A alteração que as medidas do consenso de Washington trouxe ao ambiente latino-americano em relação à liberalização comercial, foi uma volta do déficit comercial (e déficit na balança de transações correntes devido ao déficit crônico da balança de serviços, em decorrência do serviço da dívida externa) e uma conseqüente dependência financeira de capitais de curto prazo (devido à necessidade de um superávit na balança de capitais para anular o déficit na balança de transações correntes), que através da liberalização financeira mostram-se cada vez mais voláteis e capazes portanto de causar uma crise de fuga de capitais tão forte quanto a de 1982. Boa parte dos críticos atribui às medidas do consenso de Washington nessa área a crise financeira do México de 1994.

A falta de orientação de uma política de abertura comercial gradativa começando pelos bens de capital e intermediários, também pode causar uma crise de falências e desemprego em vários setores da economia, em decorrência da competição de produtos importados com os produtos produzidos internamente por fábricas sucateadas tecnologicamente. Isso se evidencia através da taxa de desemprego superior a 18% da Argentina em 1995 (URANI, 1996, p.19).

A política de altas taxa de juros, além de incentivar a entrada de capital externo de curto prazo, inibe o investimento produtivo internamente tendo sérias implicações sobre o nível de atividade econômica e sobre a dívida

interna. Os críticos acham que as políticas do consenso de Washington propiciam um *status* privilegiado ao setor especulativo em detrimento ao setor real da economia.

As políticas de privatização implementadas no bojo das propostas do consenso têm apresentado uma preocupação muito maior com a necessidade de arranjar recursos para diminuir o déficit fiscal do que uma real preocupação sobre o tamanho ideal do Estado. Essa política, aliás, tem sofrido críticas até mesmo daqueles que apoiam as propostas do consenso de Washington. Porque um problema estrutural (déficit fiscal) não pode ser resolvido por recursos provenientes de fontes limitadas (privatizações de empresas estatais).

A ARGENTINA E O PLANO DE CONVERSIBILIDADE

3.1. A aplicação das políticas do consenso de Washington na Argentina.

A passagem da Argentina pela crise de 1982 foi particularmente dramática porque além de todos os problemas sofridos no período pelos outros países da região, a Argentina foi envolvida pela cúpula militar, que até então governava o país, na guerra pela posse das ilhas Malvinas contra a Grã-Bretanha.

A fuga de capitais na Argentina deu-se rapidamente junto com o seu isolamento financeiro internacional. A dívida externa da Argentina que em 1977 era de US\$ 8.000 milhões passa em 1982 a US\$ 42.375 milhões devido a mudança de remuneração dos juros dos empréstimos de taxas fixas para taxas flutuantes (FREDIANI, 1993, p.34).

A queda do governo militar e a eleição de um governo democrático pôs a economia argentina a se defrontar com uma série de 11 planos econômicos Heterodoxos visando a estabilização da economia, que entre 1983 e 1990 teve taxas de inflação de 74,9%, em 1986 durante o mais bem sucedido dos planos heterodoxos, até chegar a 197% de inflação mensal, em julho de 1989, um mês depois da eleição de Carlos Menem. Até que em 1991 o plano de conversibilidade (plano Cavallo) trouxe a estabilização à economia Argentina, com a aplicação de uma das políticas econômicas mais próximas às propostas do consenso de Washington entre as que foram aplicadas na América Latina (PORTELLA FILHO, 1993, p.109).

O governo de Menem foi responsável por 5 dos 11 planos heterodoxos fracassados antes do plano de conversibilidade que em 1.º de abril de 1991

igualou a moeda argentina (Peso) ao dólar, e assegurou a qualquer cidadão que o banco central se dispunha a trocar moeda argentina por moeda estrangeira a essa cotação (comportamento arraigado dos agentes econômicos argentinos como forma de fugir de uma alta inflacionária, como na hiperinflações de 1989 e 1990, ou de uma desvalorização da moeda nacional).

3.2. Objetivos e instrumentos do plano de conversibilidade.

A busca do crescimento econômico mostra-se como objetivo primordial do plano de conversibilidade e os objetivos seguintes irão propiciar esse primeiro objetivo. Os autores do plano de conversibilidade entendem que isso só pode ocorrer através da mudança de paradigma do modelo de substituição de importações para um modelo que contemple uma maior proximidade com os mercados internacionais e que privilegie o setor produtivo ao invés de setores especulativos. Como esse é um objetivo geral, os seus instrumentos são a soma dos objetivos secundários.

A estabilização monetária é outro objetivo do plano de conversibilidade. Ela será alcançada através de:

3.2.1. Disciplina Monetária:

- Através da lei que criou o plano de conversibilidade, ficou estabelecido que, para cada peso existente na economia argentina haverá um dólar no Banco Central.

- O Banco Central Argentino tornou-se um Banco Central independente. Com isso ele pode aplicar as medidas que anteriormente já tinham lhe sido outorgadas em planos anteriores como:

- A proibição de emissão para monetizar o déficit fiscal;
- A proibição de empréstimos ao Tesouro Nacional assim como a qualquer nível do setor público;

- A eliminação dos redescontos do Banco Central tanto ao setor público quanto ao setor privado;

- A transformação compulsória da dívida interna pública de curto prazo em bônus de 10 anos dolarizados;

- A legalização de qualquer tipo de depósito em dólares no sistema bancário;

- A liberdade tanto de ingresso quanto de saída de divisas a qualquer instante sem limite além de liberdade do mercado de câmbio.

3.2.2. Disciplina Fiscal:

- Consta de uma reforma tributária que diminuiu o número de impostos através da simplificação dos tributos para melhorar a arrecadação e aumento da base tributada para combater a economia informal e diminuir o número de setores não tributados assim como uma unificação de alíquotas;

- Um pacto fiscal foi proposto aos municípios e províncias para que aderissem à jurisdição nacional com uma compatibilização de alíquotas, o que evitaria a dupla tributação por província e nação, e se comprometessem com a redução dos gastos públicos. Com isso teriam em troca uma maior participação nos impostos.

3.2.3. Aumento da Competitividade:

- Flexibilização do mercado de trabalho com facilidades para a contratação de trabalhadores temporários;
- Liberalização das importações, circulação e comercialização de bens e serviços, inclusive medicamentos e alimentos;
- Eliminação de taxas mínimas de serviços pelos sindicatos de trabalhadores autônomos;
- Eliminação de cotas mínimas ou máximas para importações e exportações;
- Eliminação de excessos de controles e regulamentações no mercado financeiro e bolsa de valores;
- Criação de tribunais para a resolução de casos de defesa do consumidor voltados principalmente para o caso de empresas estatais recém-privatizadas que poderiam eventualmente cometer abusos em função de funcionarem em áreas de monopólio natural;
- Desindexação dos contratos.

3.2.4. Reforma do Estado:

Visa a abdicação do exercício de um papel de produtor de bens e serviços, para o desempenho de um papel regulador e também visa o saneamento financeiro e patrimonial do Estado. Isso ocorre através de:

- privatizações de empresas estatais;
- Concessão de serviços públicos;
- Descentralização administrativa;
- Demissões voluntárias do serviço público;
- Surgimento de um sistema privado de seguridade social.

3.2.5. Abertura Econômica:

- Consta de queda das alíquotas de importação para 20% para bens de consumo, 10% para bens intermediários e alíquota zero para bens de capital;
- Reforma aduaneira e portuária visando a diminuição do “custo-Argentina”, ou seja, o custo que um produto tem pelo simples fato de ter sido produzido sob as condições de ineficiência de infra-estrutura argentina;
- Integração ao Mercosul.

3.2.6. Desenvolvimento do Mercado de Capitais:

- Desregulamentação e liberalização dos investimentos estrangeiros;
- Desregulamentação do mercado de capitais;
- Renegociação da dívida externa sob as condições do plano Brady.

3.3. As conseqüências da implantação do plano de conversibilidade.

A medida mais polêmica e que passou a ser o símbolo do plano de estabilização argentino foi o estabelecimento da paridade entre dólar e peso. Essa medida veio apenas retificar um comportamento de desconfiança na moeda pela população, que ocorria de forma cada vez mais acentuada, principalmente durante o período das duas hiperinflações de 1989 e 1990. Os agentes econômicos, nesses momentos, costumavam manter todas as suas aplicações em dólares.

Essa medida restabeleceu a confiança no governo e aliada a uma série de medidas, já anteriormente citadas, trouxeram a estabilidade à economia argentina.

As conseqüências mais significativas dessas medidas foram sentidas sobre a taxa de inflação, que após ter chegado mais de 5.000% ao ano em 1989 ficou em apenas 4,7% ao ano em 1993 (ver quadro 9).

Quadro 9
Argentina: Inflação (1983-1993)
(taxas de variação anuais)

Anos	Preços ao Consumidor	Preços no Atacado	Taxa de Inflação Média
1983	433,7	411,3	422,5
1984	688,0	625,7	656,8
1985	386,4	364,0	374,7
1986	81,9	67,9	74,9
1987	174,8	181,8	178,3
1988	387,7	431,6	409,6
1989	4.923,6	5.386,4	5.155,0
1990	1.343,9	798,0	1.070,9
1991	84,0	56,7	70,4
1992	17,7	3,1	10,4
1993	7,4	2,0	4,7

Fonte: Ministério da Economia Argentino e Instituto Nacional de Estatísticas e Censos Argentino (INDEC).

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilizacion y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993. p. 131.

Os efeitos da estabilização foram sentidos no ambiente econômico como um todo: O aumento da taxa de crescimento do PIB (ver quadro 10), retorno dos capitais externos, aumento da taxa de investimento bruto, aumento das reservas internacionais e queda do montante da dívida externa em relação ao PIB como reflexo do crescimento econômico, queda das taxas internacionais de juros e renegociação da dívida.

Quadro 10
Argentina: Crescimento do PIB (1983 - 1993)
(em dólares)

Anos	Varição do PIB (em %)	PIB em US\$ Milhões	PIB per Capta
1983	3,7	198.576	6.810
1984	1,8	202.150	6.836
1985	-6,6	188.808	6.295
1986	7,3	202.591	6.660
1987	2,6	207.858	6.738
1988	-1,9	203.909	6.517
1989	-6,2	191.267	6.027
1990	0,1	191.458	5.949
1991	8,9	208.498	6.091
1992	8,7	226.637	6.892
1993	6,0	240.236	7.203

Fonte: Banco Central da República Argentina (BCRA).

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilización y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993. p.132.

* Os dados de 1993 são estimados.

** Os dados são em dólares de janeiro de 1993.

Segundo o governo, as principais causas da estabilização da economia e melhora do ambiente econômico foram as reformas estruturais implantadas.

A obrigatoriedade do Banco Central de trocar 1 peso por 1 dólar levou à necessidade da obtenção de um superávit fiscal. O Estado passava a diminuir significativamente os seus gastos e tentar aumentar ao máximo as suas receitas para combater uma situação de déficit fiscal crônica (ver quadro 11).

Usou-se a reforma do Estado como forma de alcançar o superávit fiscal. Dessa forma o dinheiro obtido com a venda das empresas estatais foi usado para cobrir esse déficit.

Quadro 11
Argentina: Finança públicas e Déficit Fiscal (1983 - 1993)
(em % do PIB)

Anos	Déficit Fiscal Primário	Déficit Secundário	Déficit Fiscal Total
1983	-3,1	-5,9	-9,0
1984	-7,3	-5,2	-12,5
1985	-3,8	-2,8	-6,6
1986	-2,7	-1,6	-4,3
1987	-5,6	-0,9	-6,5
1988	-6,6	-0,7	-7,3
1989	-14,6	-5,9	-20,5
1990	-2,6	-1,0	-3,6
1991	-1,6	-0,5	-1,7
1992	+1,2	-0,2	+1,0
1993	+1,0	+0,1	+1,1

Fonte: Ministério da Economia e Secretaria da Fazenda.

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilización y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993. p. 133.

A aplicação de uma política monetária restritiva (política de juros altos) era feita como forma de combater a inflação através do enxugamento da moeda em circulação pela venda de títulos públicos. Isso resultava em uma valorização da moeda local (baixa circulação de moeda). Aliada a uma política de liberalização comercial e financeira, a política de juros internos

altos e de valorização da moeda inibia a exportação de bens e serviços pelos produtores nacionais, e incentivava tanto a importação de bens e serviços quanto o aporte de capital externo.

Quadro 12
Argentina: Comércio Exterior (1983 - 1993)
(em US\$ Milhões)

Anos	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1983	7.835	4.502	3.333
1984	8.107	4.584	2.523
1985	8.395	3.810	4.585
1986	6.852	4.723	2.129
1987	6.355	5.800	555
1988	8.954	5.324	3.630
1989	9.573	4.201	5.372
1990	12.353	4.078	8.275
1991	11.974	8.275	3.699
1992	12.234	14.871	-2.637
1993	12.980	16.620	-3.650

Fonte: BCRA.

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilizacion y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993. p. 136.

Essa política resultou numa transformação do perfil da balança comercial argentina, que tinha sido usada após os anos da crise de 1982 para produzir grandes superávits comerciais, como forma de superação do estrangulamento externo. A balança comercial começava a produzir déficits (ver quadro 12), que aliado ao déficit crônico que os países subdesenvolvidos apresentam em sua balança de serviços devido ao serviço da dívida externa,

exigiam uma enorme entrada de capitais para que a conta da balança de capitais superasse a conta negativa da balança de transações correntes (balança de bens e serviços) e evitasse uma nova crise na balança de pagamentos argentina.

Quadro13
Argentina: Reservas e Dívida Externa
(1983 - 1993)

Ano	BCRA: Total de Reservas (em US\$ Milhões)	Dívida Externa / PIB (em %)
1983	2.663	21,34
1984	2.632	22,30
1985	4.801	25,17
1986	4.287	24,34
1987	3.018	26,36
1988	4.979	27,25
1989	3.419	30,00
1990	6.010	28,88
1991	8.974	26,04
1992	12.948	24,22
1993	14.500	23,52

Fonte: BCRA e Comissão Nacional de Valores.

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilizacion y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993.

p. 135.

Devido às condições internacionais de recessão e à baixa da taxa de juros internacionais, o cenário econômico de estabilização de preços e crescimento econômico na Argentina propiciou a entrada em massa de

capitais externos (ver quadro 14), que vinham para a Argentina a fim de aproveitar as altas remunerações propiciadas pela alta taxa de juros, e incentivadas pelas privatizações das empresas estatais argentinas.

A entrada desse montante de divisas aumentou as reservas de divisas do Banco Central da Argentina (ver quadro 13), contribuindo assim com um certo nível de segurança para a execução das obrigações do Banco Central.

Quadro 14
Argentina: Investimento Interno Bruto e Entrada de Capitais
(1983 - 1993)

Anos	Investimento Interno Bruto (em % do PIB)	Entrada de Capitais (em US\$ Milhões)
1983	19,7	-111
1984	19,1	647
1985	16,6	-511
1986	16,4	113
1987	18,2	940
1988	17,5	16
1989	14,6	-4.337
1990	13,4	-769
1991	13,8	2.339
1992	15,4	7.810
1993	15,8	7.059

Fonte: BCRA, FMI, INSTECO e FIEL.

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilización y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993.

p. 137.

Essa entrada em massa de capitais, junto com as privatizações das estatais e o crescimento econômico, levou a uma mudança do grau de credibilidade da economia da Argentina, elevando o investimento interno (ver quadro 14), que tinha decaído significativamente em função da hiperinflação e do cenário de incerteza da economia argentina no final da década de 80.

O quadro econômico, no entanto, não pode ser descrito de forma tão otimista pois há que se considerar os aspectos negativos, e o enorme custo social que a aplicação do plano de conversibilidade trouxe à sociedade argentina.

A aplicação da política monetária e fiscal, a reforma do Estado, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados propiciou além de uma mudança do paradigma da CEPAL, uma total reformulação da economia fechada existente na Argentina.

As conseqüências desse novo modelo sobre o mercado de trabalho foram devastadores. O poder aquisitivo do salário médio do trabalhador argentino sofreu em 1993 uma queda de quase 30% em relação a 1986. O setor mais afetado nesse caso foi o setor público: a reforma do Estado e um enorme arrocho salarial imposto aos servidores públicos levaram a renda desses trabalhadores a cair mais de 70% entre esses 7 anos (ver quadro 15).

Quadro 15
Argentina: Poder Aquisitivo do Salário (1983 - 1993)
(índice 1986 = 100)

Anos	Setor Privado	Setor Público	Média Geral
1983	83,18	114,22	88,72
1984	101,62	133,76	105,29
1985	98,50	109,12	100,17
1986	100,00	100,00	100,00
1987	89,63	72,00	89,78
1988	81,40	69,14	78,98
1989	64,63	51,60	57,95
1990	67,59	27,50	66,23
1991	73,15	29,04	70,21
1992	75,45	26,68	72,69
1993	74,65	26,15	72,05

Fonte: INDEC.

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilización y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC\CIEDLA. 1993. p. 147.

A taxa de desemprego também aumentou de forma significativa. Superou as taxas de desemprego vigentes durante os períodos de hiperinflação (ver quadro 16), chegando a quase 20% da população economicamente ativa em 1993. Só a reforma do Estado levou 258.000 pessoas à demissão entre 1990 e 1993 (FREDIANI, 1993. p.81).

Quadro 16
Argentina: Taxas de Desemprego (1983 - 1993)
(em %)

Anos	Desempregados	Subempregados	Taxa Total de Desemprego
1983	4,7	5,9	10,6
1984	4,5	5,7	10,2
1985	6,1	7,3	13,4
1986	5,5	7,5	13,0
1987	5,9	8,3	14,2
1988	6,3	8,4	14,7
1989	7,6	8,6	16,2
1990	7,4	9,0	16,4
1991	6,5	8,3	14,8
1992	7,0	8,2	15,2
1993	9,9	8,8	18,7

Fonte: INDEC

Extraído: FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilización y Reforma Estructural en Argentina. Konrad-Adenauer-Stiftung AC/CIEDLA. 1993. p. 140.

Esses dados explicitam um perfil social perverso do plano de conversibilidade e levam a um questionamento da sustentabilidade desse plano de estabilização no longo prazo, não só por razões sociais como também econômicas, já que o crescimento da economia não está se espelhando em uma menor taxa de desemprego.

No que se refere ao Mercosul, a Argentina contou inicialmente com uma grande dificuldade, pois o seu maior parceiro comercial - Brasil - convivia com uma inflação de até 40% ao mês e com uma política de constantes desvalorizações cambiais. Esse cenário tornava a balança comercial

deficitária com o Brasil e uma reclamação dos industriais argentinos de concorrência desleal por parte da indústria brasileiras.

Com o lançamento do plano Real no Brasil e uma política econômica de valorização do câmbio em relação ao dólar por parte do Brasil, a balança comercial argentina com relação ao Brasil se inverteu. Se em 1994 houve um déficit de US\$ 473 milhões, em 1996 a balança comercial foi US\$ 1,2 bilhões favoráveis à Argentina. Isso tornou o país extremamente dependente da política cambial brasileira, pois o crescimento das trocas entre os parceiros do mercosul ocorreu de forma tão significativa que o Brasil já corresponde a 26% das exportações totais argentinas e 44% das exportações industriais tornando-se o maior parceiro comercial da Argentina (EXAME, 1997, p.43).

3.4. As críticas ao plano de conversibilidade.

Apesar do plano de conversibilidade ter conseguido feitos extremamente significativos como tirar a Argentina de uma hiperinflação e levá-la à estabilidade econômica, trazer os investidores internacionais de volta inclusive com participação significativa no processo de privatização, e a eleição por parte desses investidores da Argentina como um mercado emergente para investimentos externos, há severas críticas a serem feitas ao modelo de estabilização escolhido pela Argentina.

A obrigatoriedade por parte do Banco Central de, a qualquer momento, trocar o peso pelo dólar, exige que o Banco Central tenha, permanentemente, uma reserva significativa de dólares, para conseguir fazer frente a uma corrida aos bancos, na hipótese de uma crise de confiabilidade como a que ocorreu no México em 1994.

No caso argentino essa crise pode ser ainda mais desastrosa, pois não há a possibilidade de uma desvalorização cambial, já que por lei, a cotação cambial é fixa e de 1 peso para 1 dólar.

A utilização de câmbio fixo é outra característica passível de críticas do plano de conversibilidade, pois é uma forma de renunciar à prática de uma política monetária independente e conseqüente obrigatoriedade de seguir a política monetária americana.

O resultado da balança comercial espelha esse problema. Com o câmbio fixo mas uma inflação que apesar de estar em queda ainda é maior que a inflação americana, o diferencial entre a taxa de inflação americana e a taxa argentina mostra que houve uma valorização da moeda argentina que provocou um estímulo à importação de bens e serviços e um desestímulo às exportações.

A economia argentina passa a sofrer uma grande dependência de capitais externos. Esses capitais têm facilidade para ingressar no país, devido ao estímulo dado pela taxa de juros favorável, e pelo ambiente econômico propício, em razão da liberalização financeira. As críticas a serem feitas a esse ponto são que a liberalização financeira contribuiu para um aumento da instabilidade da economia, já que devido à volatilidade dos capitais estrangeiros, seria mais seguro não depender tanto de capitais, que a qualquer momento podem deixar o país, provocando uma crise na balança de pagamentos.

A liberalização comercial serviu aos propósitos de aumentar a concorrência interna, ajudando a combater a inflação, aumentando a exposição dos produtos argentinos, minando as bases do velho sistema de substituição de importações, provocando uma possibilidade de melhora

tecnológica da indústria argentina, através da possibilidade de importação de bens de capital com alíquota zero. Os aspectos negativos da abertura foram o processo de desindustrialização da economia, por incapacidade das indústrias nacionais de competir com os bens de consumo importados, e a conseqüente onda de desemprego e subemprego provocada por essa desindustrialização.

Traçando um plano global do processo de estabilização argentino, pode-se dizer, que entre os planos de estabilização aplicados nos países latino-americanos, é um dos mais rígidos e que mais se assemelha às propostas do consenso de Washington. No entanto, traz uma característica que também ocorreu nos planos de estabilização chileno, brasileiro, mexicano e que se contrapõe ao receituário de Washington, suscitando críticas dos próprios defensores do consenso de Washington: a valorização do câmbio. Segundo tanto os defensores quanto os críticos do consenso de Washington, os países latino-americanos não podem ter uma política de câmbio valorizado, porque isso causa um déficit da balança comercial, que acaba por expor a balança de pagamentos nacional a uma dependência demasiada de investimentos externos, trazendo instabilidade à economia.

CONCLUSÃO

Apesar do paradigma de substituição de importações de ter sido responsável pela industrialização dos países latino-americanos, provocou também uma série de distorções, que foram incorporadas às economias nacionais, causando falta de capacidade tecnológica, falta de competitividade internacional e uma forte dependência do Estado.

O consenso de Washington procura mostrar que esse paradigma sustentado pela CEPAL, não pode mais ser usado pela América Latina em função de sua incapacidade de adaptação à realidade competitiva da economia mundial atual. As alternativas propostas pelo consenso de Washington, no entanto, não parecem mostrar uma possibilidade mais viável de adoção de uma sistema econômico mais saudável e integrado harmoniosamente com a economia mundial.

A análise das políticas do consenso de Washington, assim como a sua aplicação na Argentina, que no nosso trabalho serviu de modelo para a visualização dessas políticas em um país latino-americano, mostrou que os seus principais objetivos: estabilizar, liberalizar, desregulamentar e reformar a economia são de difícil alcance para as economias latino-americanas, pois elas não conseguem superar o estrangulamento externo em função de suas dependências tecnológica e financeira.

As políticas do consenso de Washington não conseguem se mostrar equilibradas no longo prazo, pois a estabilização da economia depende fortemente da entrada de capitais externos de curto prazo, que são atraídos por uma taxa de juros favorável (maior que a taxa de juros internacional). A economia continuará em equilíbrio enquanto o fluxo de capitais continuar,

mas se repentinamente esse fluxo cessar por qualquer motivo alheio à condução da política econômica nacional (como ocorreu em 1994 quando o fluxo de capitais para o Brasil e a Argentina caiu sensivelmente em função de uma crise cambial no México), pode haver um desequilíbrio irreversível que provocará uma crise na balança de pagamentos.

A característica principal das economias da América Latina, que se submetem a um plano de estabilização nos moldes do consenso de Washington, é a sujeição da condução da política econômica à fatores externos.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL FILHO, Jair do. Cepal: Fonte dos Paradigmas do Desenvolvimento da América Latina. (Uma Leitura Pós-Cepalina e Heterodoxa). Fortaleza, CAEN, TD N.º 81, 1990.

BARROSO, Liliane Cordeiro. Planos de Estabilização e Ajuste na América Latina. Fortaleza, Monografia, 1995.

BÉJAR, Alejandro Álvarez. México 1995: Entre los Desequilibrios Macroeconómicos y la Crisis Política. Porto Alegre, Ed. FEE, 1995.

CANUTO, Otaviano. Brasil e Coréia do Sul: Os (Des) caminhos da Industrialização Tardia. São Paulo, Ed. Nobel, 1994.

CARNEIRO, Dionísio Dias et Allii. A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989. Organizado por Marcelo de Paiva Abreu. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1992.

EXAME. O Que Sustenta a Argentina. Fev. 1997, N.º 5, p. 43.

FÉRRER, Aldo. Vulnerabilidad Financiera y Tipo de Cambio: El Caso Argentino. Porto Alegre, Ed. FEE, 1995.

FREDIANI, Ramón. Políticas de Estabilizacion y Reforma Estructural en Argentina. Buenos Aires, Konrad-Adenauer-Stiftung AC.\CIEDLA, 1993.

GONZÁLEZ, Diana Alarcón. La Inestabilidad del Programa de Estabilidad en México. Porto Alegre, Ed. FEE, 1995.

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

MIRANDA, José Carlos. Algumas Questões de Economia Internacional Contemporânea. Porto Alegre, Ed. FEE, 1995.

MOREIRA, Carlos Américo Leite. A Estratégia de Desenvolvimento Econômico na Concepção da Nova Ortodoxia. Fortaleza, FEAAC\DTE, TD N ° 5, 1995.

OLIVEIRA, Alfredo José Pereira de. O impacto da Transferência Financeira Para o Exterior no Desequilíbrio Fiscal Brasileiro: Uma Análise das Políticas Fiscais na Década de Oitenta. Dissertação de Mestrado, CAEN\UFC, 1993.

PORTELLA FILHO, Petrônio, O Ajustamento Na América Latina: Crítica ao Modelo De Washington. São Paulo, CEMA\FUNDAP, 1993.

PORTUGAL, Marcelo S. Estabilização de Preços, Âncora Cambial e Balanço de Pagamentos: Brasil, Argentina e México. Porto Alegre, Ed. FEE, 1995.

SALAMA, Pierre. Algumas Lições Econômicas da História Latino-Americana Recente. Porto Alegre, Ed. FEE, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. As políticas de Ajuste no Brasil: Os Limites da Resistência. São Paulo, IESP\FUNDAP, 1993.

URANI, André. Liberalization, Stabilization and Poverty in Latin America During the 1990's. Brasília, IPEA, TD n ° 445, 1996.

WILLIAMSON, John et alii. FMI e Países em Desenvolvimento: Políticas e Alternativas. Rio de Janeiro, Ed. Nórdica, 1986.